

# RECONQUISTA

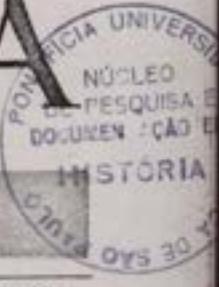


SÃO PAULO, MARÇO 1955 — ANO III — NUM. 34

REDAÇÃO • ADMINISTRAÇÃO  
Av. Ipiranga, 1123 - conj. 603 - Fone: 22-6620

DIRETOR  
Clóvis Leme Garcia

Assinatura anual ..... Cr\$ 30,00  
Número avulso ..... Cr\$ 2,00



## Enquanto Memoriais e Cartas vão e vêm

**Q**UANDO se publicou, há exatamente um ano atrás, o "Memorial dos Coronéis", nem poucos nem poucos foram os conseguimentos que tiveram ao se apresentar. Forças grossas eram as decisões. Infelizmente os demônios da materialidade em ação, a desdém do princípio de autenticidade a par da "ética de negociação, desfalques e mal-estar de verbas" a encobrir "o país a atravesse o rincão", a infiltrar comunista, e anarcosocialismo de escala pública pela "infiltração desenfreada de altos postos", a prepararem a "época renanizada", a explorar as massas pela derrocada do estatuto militante e, crescendo assim mais, "o espírito de partidariedade" a penetrar no sistema econômico-político a unidade pelo caráter dividido de sistemas políticos brasileiros... Nas mesmas entusiasmatas à publicação do memorial, a situação mudou e mudou e aggravou. Vai e volta o milionário, em vez de medidas tendentes a baixar o custo da vida. E é certo aumentado das preços ganhos folgados... Comunizaram, por interesses ou regras de partidos, os maiores processos políticos e administrativos. E a desgraça estendeu-se às crônicas de 24 de agosto.

Braço os homens que ali postavam. Mudaram-se os homens. Subiram os poderes. Osguras credenciais (assunções-as) a recobraram o país nos caminhos da ordem. Sóis mesmos 34 dezenas de novos governos. E, se não guerreiros, seguiam-se e batiamos.

Mas, enquanto estavam nisso, surge a encarnação a "crucial problema" da corrupção. As perspectivas se corregem para nova visão. Os ataques partidários haviam de aderir se já incontrabilizadas ditas gravações. A magia pareceu consistir-se de telões sincronizados a estrevar-se-nos na lata-pela-poder.

Foi isto que deu origem à idéia — talvez, já hoje — da união nacional. Mas as instâncias tribais, incertos à voz partidária, pretendem que a união nacional se faga em nome da candidatura dos respectivos partidos. São varas ou apetites partidários. E já está concertada para 3 de abril a cerimônia anualística da união nacional.

Afinal, e que seria essa união nacional? Como diria-lhe sob o sinal de dúvida partidária? — Ele a questionou. Ninguém sabe se certo. «Existe quer se previsões e concórdia de união nacional?» (O. Mangabeira, in "O Estado de S. Paulo", 8-3-55). Já o Sr. Corrêa se pontificou que "a união constitui o ideal supremo (sic!) da atividade política" que dirá de salientar: "em condições a serem dadas nas normas democráticas, necessariamente" ("Folha da Manhã", 12-3-55). O ideal supremo é a união, mas continua a serdiçar-se a democraquia, que tal é o princípio que regula.

Compreendem isto ambos os chefes militares acima mencionados. «Sóis de todo transparente, a meu ver, admitir-se a hipótese de vir um chefe militar a comandar um grande exército de uma lata tribal, que se prevê, desde já, violenta e violenta (inconveniente)» (Carta de Gil, Comandante do Exército, a Dr. Artur Bernardes dirigida pelo interlocutor a 22-3-55). Quer também a união nacional. Não admira, porto, considerar talvez mais, por outro lado, o que acha que "de forma alguma autoritará seu candidato de lata..." — Não só o candidato entre dificilmente deixaria de ser candidato de lata. Mas aítrá que autorizará seu candidato "se de união nacional". Como a define o General? «Nossa tremenda insuficiência expressiva da maioria das correntes políticas" que congreguem em torno

do candidato "um conjunto decisivo de fatos partidários apimentados dos tempos mais diversos..." De expulsão, candidato, farses-maria, que o candidato devia ter a clínica mentida. Claro está que isso deixa de ser cinzas democrazias. O candidato seria mesmo que nomeado. Agora se faziam as eleições para não desculpar a constituição. E, talvez, esse degrau do liberal-democrata...

João Goulart não é menos viado pelas curvaturas partidárias. Parece, mesmo, que a preferência dos chamados forças anti-partidistas (A. mossa democrática se faz nascer troços, petrolinas e anticardinalismos, brigadistas e anti-brigadistas, jacobinismos e anti-jacobinismos, etc...) "Estou cansado de lutar contra estes estratagemas partidários" (Lacerda, "Tribuna da Imprensa", 24-27-3-55). Para isso, confia na "mão de forças populares como a do Sr. Jânio Quadros — sólida aposta de apoio em partidários mas em público reticente" (ibid. 6-6). Em 1955, em face do contingente eleitoral de Sr. Jânio Quadros, o Sr. Lacerda se cogita de que este é maioritário e ainda governador de São Paulo em 1955: "Nós temos só homens, mas não tanto em tão pouco tempo..." Isso é política partidária calada e consistência das homens...! Mas isso sózinho dizem nada (ideologicamente falando). Os chamados "homens-puro" (V. Tristão de Azevedo, "Folha da Manhã", 18-3-55) de políticos podem dizer se isto de correspondem a propriedade certa. O Sr. Getúlio Vargas, Presidente do PDC em São Paulo, afirma que a governador Jânio Quadros "não consegue suas conquistas pela candidatura de General Jânio Quadros"... Transfigurando-se rapidamente a St. Jânio Quadros aos olhos dos chamados "homens-puro", 26 dias é mais que a figura tenaciosa placiada em extrevidades largamente difundidas ("Estado de São Paulo", 18-2-55, a 13-3-55) em contestação a de então prefeito e candidato governador ("O Estado de São Paulo", 3-3-55). Porém, a democracia-criativa confia na vitória do General Jânio. E transfigura a candidato. Fará ajudar a tornar visível os desequilíbrios existentes que sólida expressão para os sentidos de militares de votos graves que fazem o nome de Sr. Jânio Quadros...

Explique isto de Partido Democrata-Cristão: sólida apoio personalista, volta a colher com duas partidas grupos se sua personalidade... Muitos temas rotulados da Democracia Cristã...

Mas sózinho sózinho não basta para os problemas já sózinho mesmo nos principios... Dáde o secretário geral do Partido Democrata-Cristão, Sr. Franco Montoro: "A organização de uma chapa dessa natureza (Jânio-Pascualini) representa-nos um devido GRANDE SUCÉSSO. Homem como Jânio Quadros e Alberto Pascualini, eleitos para exercer cargos (Presidente e Vice-Presidente) governacionais COMPLETA REFORMA DO PANO-POLÍTICO NACIONAL" — marcavam uma página nova em nossa vida pública". ("Folha da Noite", 28-3-55). Deve chamar-se a sua solução personalista se houver uniforme que a seguir? Outro, aliás, não é sentido das "puras" que clamam: "Se o General Jânio pode voltar a Brasil e a regime democrático", "O Brasil precisa de Jânio". Lembra-se, inclusive, a democracia e cultura de "Já-haveremos".

Mas essas incertezas sózinho sózinho sempre estender ideologicamente falando. Fazem parte de processos democrazias instaladas embaixo de "critica". O que deve mostrar nossa atenção é a chapa eletrizada pelos democristianos: "Jânio-Pascualini". A perspectiva de estabelecimento dessa chapa está ligada a esforço certos democristãos. "Deve garantir que o Sr. Jânio Quadros, em consulta com o Sr. Jânio Quadros, em seguida Jornalista sucessório, Jaúno Távora-Pascualini, para que o nome do Pascualini, aliado por Montoro seja um ótimo de ressaltar... e que contendo genuinamente tal chapa é de nossa geração" (Gustavo Coelho, "Folha da Manhã", 5-3-55). Imaginem que maravilha! Os gauchos são peruanos que contido oficial terá a discussão Montoro e Pascualini, para a gênese do Rio Grande. Mais isso é normal! O que interessante é "o conteúdo genuinamente trabalhistas" que terá a nova geração... Claro que o Sr. Pascualini entra com os votos das trabalhistas mais a comunidade trabalhista... Quem sózinho é a sustentação de ambiente social das idéias que constituem e subtra-

tem de trabalhismo, isto é, as idéias socialistas. O Sr. Pascualini declara isto para quem valer envir e sacar isto para quem quiser ler. Sua dúvida que — a breves distâncias — operará-se "completa reforma do panorama político nacional" como quem os democristianos-criativa que dizem: na hora de ver cosa socialismo...

Mas a chapa pode sózinho surgir (por difí- cultades partidárias) ou pode não trair (porque o Sr. Jânio Quadros está firme e constante com sua poderosa eleição mais "80% das ruas", dia 6 Sr. Lacerda). E então? Então, afirma o Sr. Lacerda, "não havia pa- rada para isto (isto é, outra saida para a porta esquerda de golpe militar); e esta obra FARIA DESCONHECIDO, mas dia, nos céus de todos, UMA SAUDA (7) se baseou em que estavam 22 anos (até) os meus a "Brasil" (1930, da Imprensa", 23-3-55). Se- ria o golpe. Mas os anti-jacobinismos são democristãos. Poco importa. O processo de evolução republicana e democrática, foi iniciado com golpes e assassinados por golpes" (Lacerda, "Trib. da Imprensa", 18-3-55). Portanto, um golpe é mais um golpe menor, mas far diferença. Principalmente para a fe- cionalização democrática! Percebe que o Sr. La- cerda, que herdou costumes de São Paulo, afirma que "bombardeou dia 27 de São Geraldo Vargas o título de golpeiro" — 1 de Brasil inexistiu e legítimo de Ministro da Guerra, que, talvez, Teixeira Lott, por "seu amor supérfluo à constituição" ("Trib. da Imprensa", 28-3-55). Que o Sr. Lacerda que se aplicar a isto, se afite imediatamente a mais legal, o espírito da lei. Mas a difi- cultade não está em que a maneira seja a mesma? ou anticomunista?

Eis o porque já não se tem a mesma posição democrática de afirmar: "Tudo con- sidera que sólido das militares. Os distin- cões das mãos das militares. Os distin- cões de Roseli dependem de que São Paulo" (Editorial de "O Estado de São Paulo", 23-3-55). Confusão, afinal, que tudo possa ser apagado, partidário que está a não possuir de fato, fará protestar e acreditar que só tem desgostado a nejão. Quando, porém, os For- ças Armadas se capacitaram de sua nova clas- meia com o Brasil podem considerar a mor- da de degradação intrínseca à democracia partidária?

## A Rotina da Revolução

Esqueceu-se o Sr. Gudin de repetir durante a sua conferência:  
"O problema político domina o social e o econômico"

**A**QUI esteve o Sr. Gudin num dia de março para fazer conferência sobre a situação econômico-financeira do país. Tem falado muito o Ministro da Fazenda. Aos jornais, ao rádio, à televisão e a auditórios atentos. Demoradamente costuma discotar sobre as causas da inflação. E o faz como bom professor, dando exemplo com laranjas, afim de que a impermeabilidade dos nefrinos em tais assuntos seja de pronto vencida pela didática do mestre. Explô o Ministro o processo inflacionário mas não aporta os meios adequados a sustê-lo. Duas causas apontou para a situação inflativa em que não encontramos no setor econômico-financeiro: excesso de despesa pública e estabelecimento de crédito oficial. Quem menos refere, porém, para estancar essas duas fontes de desgauperamento econômico do país? No primeiro caso, nenhum. No segundo, a contenção de crédito.

No primeiro caso, desprovido está o Ministério de recursos adequados a corrigir o mal porque o sistema político lhe tolhe totalmente a ação. Há despesas exageradas, exageradíssimas, com o fun-

cionalismo público. 70% dele poderia ser dispensado sem prejuízo para o funcionamento da máquina administrativa. Mas quem vai dispensar esses funcionários? Os homens que sobem ao poder? São homens de partido. Precisam de clientelas eleitorais. E essas clientelas por sua vez precisam ser aquinhoadas... Com emprego público, é claro. O Sr. Café Filho concedeu há poucos dias um cartório 160 mil cruzeiros por mês ao seu secretário particular, jornalista Osíás Martins, que diariamente publicava suas crônicas de defesa do governo Vargas no jornal "A Noite" e fazia-as ler pelo microfone da Rádio Na-

cional. O regime é de partidos e o parti- do é a fonte da corrupção... "O mal é político" — já o afirmou o Sr. Gudin em outubro de 1953, e disse ainda aprova- esquécido (voluntariamente) esqueci- do. Pensou, no que diz respeito ao es- banjamento de verbas para pagar o fun- cionalismo, nenhuma podia ele fazer. Assim como nada podia fazer recentemente pa- ra impedir o abono distribuído aos fun- cionários da União. E foram gastos se- bildes de cruzeiros para dar um abono padronizado de Cr\$ 1.000,00 ou 1.500,00 a cada servidor. Por si só é que é que há funcionários! — Verdade é que (Cont. na pág. 4)

**REFORMA DOS HOMENS  
OU REFORMA DAS INSTITUIÇÕES?**

— pg. 3 —

# Autenticidade do Voto e Inautenticidade da Representação

Clovis Leme Garcia

Transita, em regime de urgência (provável), na Câmara Federal, um projeto de reforma da lei eleitoral acompanhado de mensagem do Executivo. Deixou os três outros projetos que vinham sendo objeto de estudos na Comissão de Constituição e Justiça. Encorrou-se, porém, a legislatura sem que tais estudos chegassem a término, menos por falta de tempo dos membros da comissão do que pela displicência com que foi encarada a matéria. O Sr. Raul Pita, que presidiu aos trabalhos, mal e mal conseguiu festejado examinado o art. 1º de um projeto de nova lei eleitoral procedente do Senado. E em termo de nenhuma esse primeiro dispositivo foi extenuadamente debatido...

Resurge agora a matéria. E em circunstâncias favorabilíssimas. O anteprojeto foi elaborado pelo presidente do Superior Tribunal Eleitoral, que, como ninguém, deve entender absurdamente de sistemas eleitorais a par das manhas e astúcias ligadas ao uso do voto. Portanto, ninguém mais credenciado para elaborar a mistura da nova lei. E várias foram as inovações entusiasmadas pelo ministro afim de restaurar "a edição da democracia brasileira ameaçada de ruir — por seu alicerce, que é o eleitorado, encravado trincado pela corrupção e rachado pela fraude" (Entrevista à "Tribuna da Imprensa" — 12-13-III-53).

Já no art. 1º intenta-se efetivar exata e perfeita identificação do eleitor. Isto, através de "entrega pessoal" do requerimento de inscrição em cartório e "instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e identidade". Já o art. 2º com pena de multa no caso de a assinatura do juiz figurar no título antes de apresentado em cartório e assinado pelo eleitor. Os arts. 3º, 4º e 5º dão normas sobre prazo de alistamento, expedição de segundas vias e exclusão das listas de votação por desinteresse em votar e título de cartório, por ter deixado de votar em duas eleições anteriores ou pleito suja de falso-moçoletismo. O art. 6º só admite à votação eleitor mundo de título, com nome na lista e na seção devida.

A mais importante inovação, porém, está no art. 7º. Trata-se da instituição da "cédula oficial de votação". Este dispositivo foi recebido com lassos gerais. "Libertará o eleitor da pressão dos cabos eleitorais e lhe garantirá a liberdade de escolha do candidato" — lemos em empréstimo editorial de círculo jacobino liberal. Que retorna, adianta, aos enivres democráticos para assinalar que a cédula oficial "constituirá para o eleitor verdadeira carta de alforria". Isso estende-se de estudante de direito ou vice e goso de seus utópicos hipérboles...

Em sete extensos parágrafos esse art. 7º dispõe sobre a votação em cédula oficial. Com uma cruz assinalada o eleitor o nome do seu candidato à presidência e vice-presidência da República, a governador e vice, a prefeito e vice. O mesmo fará para indicar o partido em que vota. Já para escolher o candidato (ao legislativo) de sua preferência terá de escrever o número correspondente na cédula oficial.

O ministro Edgard Costa garante, entre outras, as seguintes vantagens da cédula oficial de votação: "mudar vigília de voto (difícilmente se impede a cabula e as transações dos cabos eleitorais), exigir de eleitor um mínimo de reflexão, implica em que seja correntemente, facilita a operação de pleito, poupa aos candidatos a confecção de cédulas, etc".

Elaborado esse anteprojeto, foi submetido à apreciação do Presidente da República que solicitou as lutas do Ministro da Justiça. Isto feito, foi reme-

tido à Câmara para ajustar e arrastar, aplasinar e refocar, limar e brumir e, afinal, torná-lo obra perfeita e acabada.

Mas já se apercebeu alguma deficiência no ante-projeto pacientemente estudado e elaborado por dois poderes da República, o Judiciário e o Executivo.

Bom será que os representantes do povo atentem desde já para tais deficiências de prontamente expungê-las. Diz-se que o calcinhar de Aquiles do ante-projeto é justamente o art. 7º, tanto que permitiria maior e melhor desembocadura à fraude e à manipulação de votos... Assim o denunciaram os Srs. Ibson Costa Manso, Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, Prof. Waldemar Furtado e outros. E o perigo de vulnerabilidade se encontra exatamente na cédula oficial MAIS o envelope. Fácil será a um eleitor, acompanhado com o cédula eleitoral, apanhar da presidente da mesa cédula e envelope e, ao penetrar na cabine indevidavelmente, fechar o envelope vazio e embolsar a cédula oficial... Esta cédula oficial passará, na rua, às mãos do cabo eleitoral (imediatamente prego convencionado). Nesta cédula, o cabo eleitoral assinalará os candidatos que lhe contratará os serviços. E assim assinalada, será entregue esta cédula a outro eleitor. Este, ao acercar-se da mesa, receberá a cédula que lhe é destinada. Na cabine, porém, colocará no envelope a que recebeu do cabo eleitoral previamente assinalada, e, uma vez feito o depósito na urna, sairá lípido ao encontro do agenciador de votos para entregar a cédula em branco e receber ou a pagar (mediante recibos) a cédula oficial: prestação de serviço ou um aporte de mão, simplesmente, se se tratar de velho corredorinho que sabe ler e encravar mal inadimplentemente datado para assinalar a contento seu e da lei a cédula oficial.

Já se vê, pois, que não só lá tão ilusoriamente as perspectivas da nova lei em que pese à boemia farsa do sr. Café Filho: "Tendo a impressão de que o projeto de reforma eleitoral mandado pelo Governo ao Congresso CORRIGIRÁ TODOS OS ATUAIS VÍCIOS que deformam e pronunciam os uras" (Tribuna da Imprensa — 21-III-53).

Carrinjam-nos, pois, os vícios do anteprojeto que visa a corrigir os vícios... Em vez da cédula e envelope, adote-se a cédula-envelope. E face-se tal qual foi sugerido por autoridades da Justiça Eleitoral de São Paulo: confeccionadas de papel especial e espesso, rubrificadas na aversa pelo presidente da mesa. Face-se assim, atendendo-se a outras alvures tendentes a lograr a autenticidade de votos: eliminem-se as cabines indevidavelmente, instituída a cédula-envelope mas mantida a cabine indevidavelmente: corrija-nos a chama "consciência do voto". E é fácil explicar a razão: bastaria o eleitor entrar na sala de votação levando no bolso uma cédula-envelope que lhe foi entregue pelo cabo eleitoral e obtida por meios escusos ou mandado confeccionar "especialmente". Recorreria a cédula-envelope, o eleitor latido e agenciado, penetra na cabine indevidavelmente e furtivamente no avesso da cédula-envelope que carrega a assinatura do presidente da mesa... Depõe-se a cédula na urna e cui com a que recebeu. Entraga-a, então, ao cabo eleitoral que vai iniciar a "corrente da felicidade eleitoral"... Podem acentuar que nem a tinta da caneta do eleitor nem a própria caneta sejam idênticas às usadas pelo presidente da mesa... Ai encio, a tarefa desse primeiro eleitor (assado) será imitar num papel a assinatura do presidente da mesa e atentar quer para a cor da tinta, quer para o tipo da caneta... De posse da

modello da rubrica e ciente das dois outras detalhes caberá ao cabo eleitoral ou alguém por ele... e empregar todo "engenho e arte" no rubricar a primeira cédula-envelope... E iniciar-se-á a "corrente"...

E justamente para prevenir essa eventualidade que se sugere a eliminação das cabines indevidavelmente e sua substituição por "mesas próprias para votação, com escaninhos que tolhem a visão lateral".... Os gestos do císter se limitariam às "encruzilhadas para obter maioria e assimilação da legenda preferida" além da "inscrição de numero do candidato preferido" na aludida cédula. Garantido estará o sigilo do voto embora a conduta do eleitor fique sob os olhos de Argos dos mesários, fiscais de partidos e votantes prestes a exercer "a sagrada direita".

Outras medidas sugerem-se além disso. Alegra-se, por exemplo, que candidatos e partidos sejam assinalados na cédula com lapis ou caneta fornecidos pela mesa... Quem sabe se não seria conveniente que, além de ser o papel de fabricação especial e exclusiva para a confecção da cédula-envelope, também esse lapis ou caneta fossem adrede fabricados para a função a desempenhar? Esta confecção poderia ser ultra-sigilosa, cercada de amplas garantias, além de que os cabos eleitorais só viessem a tomar conhecimento de suas características à hora de pleito, num tempo, portanto, patrulhado a lei.

Mas não só estas como outras alterações devem ser feitas na lei eleitoral. De outubro para cá, várias foram aperfeiçoadas e não estão consignadas no projeto em curso. Que não se exequem as deputadas de incorporá-las no novo estatuto legal. Entre elas se pode apontar:

— A despersonalização do voto. Terá-se, então, que suprimir no ante-projeto a inscrição numérica de candidato na cédula oficial. Votar-se-á tão só na legenda. Terminada a eleição, estarão eleitos os colocados nos primeiros lugares nas listas organizadas pelos partidos mediante votação privada (honesto, digamos!) nas convenções presididas pelo juiz eleitoral.

— A divisão do colégio eleitoral em distritos. Apesar por um distrito apresentar-se o candidato ao legislativo. Não haveria tanto dispendio de verba para a compra de voto (presume-se).

— Proibir-se de alianças partidárias, adotação de voto majoritário, votar nos titulares, perda do mandato em caso de abstenção de partido e outras medidas mais sugeridas ou a sugeri-las pela invenção dos novos democratas.

Entendemos que tudo, absolutamente tudo deve ser estatuído. Procure-se o que há de mais apropriável em legislações estrangeiras. Exportem-se comunições às embaixadas afim de que retuem as leis eleitorais dos países em que servem. Mobilizem-se os juristas para estudar-lhes o conteúdo, dele tirando o melhor para a elaboração da nova legislação eleitoral. — Até, por que não adotar a votação mecânica? São maravilhosas as máquinas: obrigam o eleitor a ter um mínimo de consciência e até a ser ele mesmo... E é tudo mais rápido. E é "explodir de técnica".

Admitimos, para argumentar, que, ao cabo de tudo, rebanham o voto autêntico. Isto é: que o Eleitorado da Silva que assina o título seja, em carne e ossos, o Eleitorado da Silva que se atesta da mesa de votação. Que o voto de livre e espontânea vontade em sagrado combate com a democracia. Que, final, os cabos eleitorais já não possam nada, tal a eficiência das expedientes estatuidos para "garantir a liberdade de voto".

Sim, senhores, admitamos a exploração realidade desta hipótese: conseguida a autenticidade do voto? Tal como o Eleitorado da Silva, a totalidade ou quasi totalidade dos eleitores vota livre e espontâneamente? Funciona a democracia? Há autenticidade do voto.

Mas há autenticidade da representação?

Veja-se que chegamos aci impossível, isto é, demonstra-se o milão pomposo: "fama la legge, frustato l'inganno".

Caducaria o provérbio para a lei eleitoral brasileira, no entanto, não evitaria a inautenticidade da representação. Persistir, junto ao poder, em grupo de homens bons ou mal-falantes — digamos que absolutamente — cientes do papel que desempenham — mas representantes de milhões de anônimos, todos numericamente iguais. Já não será o Eleitorado da Silva que será representado, o Eleitorado da Silva — argumentemos — casado, com filhos, grifado, a viver com problemas definidos e concretos, interesses e necessidades vitais dentro de sua profissão. Porque não é nem o Eleitorado da Silva nem os interesses vinculados à sua profissão que estarão representados num deputado qualquer, digamos, o Democristiano Rubicundo.

O que se passa com o Eleitorado da Silva, passa-se com cada um de nós. Vive cada qual da sua profissão para sustento de sua família. Somos todos representados e não temos representação alguma. Porque, no regime da democracia partidária, nós somos "nós mesmos" ao assinar a folha de votação e desarmes de seu "nós mesmos" ao cair o voto na urna. Até aquele momento a lei providenciou meticulosamente, quase policialmente, a nossa identificação. Depositado o voto, identificava-se, anotava-se o homem. Deixou de ser homem, é número. É Massa. E é poder e é a impotência.

Mas a nação não é a Massa. A nação é um conjunto de famílias, é a unidade moral do povo, é o complexo de atividades profissionais diferenciadas, são as entidades culturais, são as regiões com suas peculiaridades, é a realidade étnica. A Massa é o contrário disso tudo. A Massa é a uniformidade e a banalidade. A Massa é a anti-nação. A Massa é a abstrato, a Nação é a realidade. Expressão da Massa é o Partido. Tal como a Massa também o Partido é artificial. Também o Partido é a anti-nação.

E pretendemos que a anti-nação, o Partido, seja o instrumento de representação da Nação. A representação da Nação pela anti-nation. Eis a inautenticidade da representação.

Era o Sr. Carlos Lacerda quando contava o Partido entre os "elementos essenciais" da sociedade política ("Tribuna da Imprensa" 26-27-II-55). O Partido não passa de mero artifício: é um fantasma, no sentido filosófico do termo. E no sentido vulgar é um fantasma terrível tão "essencial" à sociedade política que, tenta agir, para trazer a vida social e política em continuo rebentamento sona em revolução. Tal econo porque o Partido é criação de artifício racionalista. Porém, os parlamentos partidocráticos de Europa da Europa de elevado nível cultural e seu "emprego", Sr. Lacerda! "constituir verdadeiros artifícios", avisa o Prof. Balduíno Paliari, da Universidade de Milão, em conferência aqui pronunciada no ano passado. E assimava a vacuidade da representação partidária.

Artifícios, por quê? Porque a representação partidária é, como já vimos, não exerce a realidade da vida social. A vida social tal qual é se vê substituída por uma concepção abstrata do homem e, consequentemente, da sociedade.

Há mister conferir autenticidade à representação, porque a representação é necessária ao ordenamento jurídico-político da nação. Mas representação autêntica jamais será conseguida através do regime de partidos. A autenticidade do órgão representativo deve ser garantida pela autenticidade da vida social tal qual é. Impõe-se, portanto, a abolição dos partidos e a concomitante instauração das instituições corporativas. É esta a única maneira, de a autenticidade do voto se conciliar com a autenticidade da representação.





# Política Cafeeira e Política Partidária

QUANDO dissemos que o partidarismo é tudo, absolutamente tudo, compromete, chamamos exagerados... Assumem que "não é tanto assim..." E assim, mas não tanto!

Ora, temos ali, entre outras muitas, o caso do café. Das mais fúnebres é a crise que se abate sobre a cultura e vende dessa produção básica para a estrutura econômica do país. Basicamente porque o dólar-café paga tudo quanto de bom e mau o Brasil precisa comprar no exterior. No entanto, dia a dia vão minando os dólares-café. Porque o Brasil exporta cada vez menos. Vejamos os seguintes percentuais:

No primeiro bimestre de 54, a queda de exportações, em relação ao primeiro bimestre de 53, foi de 34%;

No primeiro bimestre de 53, a queda de exportações, em relação ao primeiro bimestre de 52, foi de 43%;

Cotajanda, por outro lado, os embarques,

se tem melhor ideia da gravidade do problema cafeneiro. A exportação total de café no mês de fevereiro deste ano foi de 547.035 sacas. Idem, no mês de fevereiro de 54, foi de 946.392 sacas. Idem, no mês de fevereiro de 53 foi de 1.206.354 sacas. Idem, no mês de fevereiro de 52 foi de 1.405.443 sacas. Portanto, a queda de participação no mês referido, de 52 a esta parte, foi de 156%. Em números mais significativos: para todo 10 sacas exportadas em fevereiro de 52, exportámos, no mesmo mês do ano em curso, 3,1/2 sacas — isto bem revela porque o Brasil, exportando em 1950 cerca de 4.314.703 sacas de café, fornecia 73,67% de consumo mundial e, já agora, em 1952, quando exportou 10.101.636 sacas, fornecia tão somente 47,82% por conta dessa mesma consumo. Em 1950, os outros países produtores entravam com apenas 24,33% de consumo mundial e, em 1952, entraram com 50,18%.

O que levou a essa derrotada união a incômodo governamental, e mesma leitura que arreava a produção brasileira de barrichas no Brasil foi a maior produtora e exportadora do mundo e hoje é importador... Isto é a própria produção cafeneira. O governo vai agindo sem conhecimento da causa. São os cafeicultores que entendem das suas problemáticas, das suas necessidades, dos seus interesses. Problemas concretos, necessidades vitais e interesses legítimos. Nem o governo não procura ouvi-los. Aliás, nem tem meios de fazê-lo, porque junto ao poder público não existem órgãos representativos das classes produtoras, no caso, das cafeicultoras. Contudo, existe o Instituto Brasileiro de Café. Mas é um órgão inócuo, que cumpre verbas para sustentar e filhos de eleitoral. De produzir para a cafeicultura nada faz o I.B.C. — É uma entidade parastatal, sem autonomia, a realizar uma política cafeneira abusiva, acordo com a ignorância governamental dos problemas do café. Daí as medidas obtusas, as portarias tenequivelétricas, que, por exemplo, fixam o preço em 87 centavos de dólar por librépés sem prévia audiência; já não diremos das classes produtoras através de suas entidades de classe (Sociedade Rural, a Confederação Rural, etc.) mas só mesmo sem o prévio pronunciamento da Junta Governativa da própria Instituto Brasileiro de Café!... Os técnicos ministeriais é que entendem, só eles, da questão! E elas a lançar "Portarias", para solucionar as dificuldades da exportação... E o café fica no porto, a ver marcial!

Mas tem razão o governo em agir assim. Os homens que sabem ao poder vivem acusados por interesses de grupos, já que o poder lhes veio às mãos através de poderosas influências partidárias. E o governo de partidos precisa atender aos interesses partidários. "O governo promoveu muitas vezes por grupos econômicos e políticos, adote uma orientação demográfica e eleitoralista, patrocinando medidas que pecam contra o futuro do país. E este, aliás, a origem de toda a política valorizadora do café" — assegurou-se recentemente. Aliás, a insegurança determinada pelo regime se reflete profundamente na economia do país. Atentou-se para esta declaração das classes produtoras: "nossos institutos particulares de crédito no governo estrangeiro estão dispostos a fazer uma operação financeira com o Brasil, quando aqui se fale abertamente em golpe. Fazem um negócio com o risco de um golpe, comprometer seus interesses, não interessa a ninguém." (Diário de São Paulo) — 19-III-55

E o que temos dito sempre: a eleitoralismo, visicamente entranhado no regime de partidos, só consegue propiciar à nação a desordem permanente, da qual temos provado as finanças de candidatos... A solução? "Uma nova lei eleitoral que colha as malefícias de poder econômico nos plenos" — disse. Poder burocrático disto manda sub-lunar!

## A Batalha da Produção

FALA-SE muito no Brasil em "economizar a produção". Disse mesmo que a alta avassaladora do custo da vida reside nas baixas índices de produtividade da economia nacional. Além de conjugar o mal, foram tomadas várias medidas das quais temos bem viva, na lembrança, a gravação em "long play" (mudança fez durante a gestão do Sr. Leifer no Ministério da Fazenda) a girar insistentemente nas mesas de transmissão das nossas rádios: "Produção, Produção, Produção". Um círculo de vassouras repetiu, repetiu e soube à produção que dava vontade de dormir...

Não foi por sorte dedivida ao "long play" que no Rio Grande do Sul as agriculturas se fiziam no campo alto de expandir as áreas de produção de trigo. Fez para aproveitar as excelentes manchas ecológicas que se diluem pelas costas, principalmente na região de Bagé. E a produção de cereais foi aumentando. Das 700.000 toneladas produzidas no país, metade milhão é originária do Estado Gaucho. Crescam a olhos vistos, de ano para ano, as safras tritícolas do país.

E basta os preços?

Qual a realidade? Os preços baixam nem aparece esse quase um milhão de toneladas de trigo. O motivo? Sólo a menor riograndense Daniel Kriger: 400.000 toneladas de trigo estão parando por falta de transporte. Ao longo das estradas de ferro, nos

## Que diacho disto é aquilo?

CAUSOU certa surpresa o resultado da eleição do presidente da Assembleia Legislativa paulista. Tratando-se de um democrata-cristão a bater-se pela pureza do regime, causaram espécie demônios mantidas nos batidores com o ademarismo, sempre tão visado pelos chamados puros da democracia-cristão. Fim a eleição, o presidente democrata-cristão sentiu-se no dever de dar uma explicação ao fato: E o fez nestes termos:

— "Recebi votação do PSP mas neleum compromisso assumi com os ademaristas. Fui e continuei a ser inimigo intransigente dessa nefanda corrente política."

E acrescentou, humildemente, que sua eleição deveria ser tida como atestado do prestígio e independência do legislativo.

Se causou espécie a eleição com o apoio ademarista não deixaram de produzir idêntica impressão as declarações acima referidas. Final, quando se tratou de obter votos da corrente ademarista não era ela tão nefanda...

A declaração supra foi feita a 14-III-55 pela "Tribuna da Imprensa". Já dois dias depois surgiu um desmentido no "Diário de São Paulo" onde se lia:

— "Não fiz a declaração que aparece estampada na 3.ª página da "Tribuna da Imprensa" de 14 de março, mesmo porque não exprirei o meu pensamento."

Uai! Que diacho disto é aquilo? Então a corrente ademarista não é mesmo nefanda?! Então aquelas diatribes contra ela lançadas em outros tempos não deviam mesmo ser levadas em linha de conta, sendo mero tiro de festim para iludir as massas?!

Que diacho disto é aquilo?

Mas... veio o desmentido do desmentido. Pela própria "Tribuna da Imprensa" de 18-III-55. E vem lá na 3.ª página:

— "Minha eleição à presidência da Assembleia não representa qualquer compromisso de ordem política com os ademaristas. Fui, continuo e sarei sempre intransigente adversário pessoal (Oh, a 'dignidade da pessoa humana') e político do Sr. Ademar de Barros."

Os termos são outros, pois não? Sumiu aquele peremptório adjetivo. No regime de partidos é assim: uma afirmação, quando dura 48 horas, dura demais. O regime de partidos corrói mesmo os caracteres.

Afinal, o que vale é o desmentido, ou o desmentido do desmentido?

pátes das estações ferroviárias, e servir apadrinar... Os caminhões não dão vencimento; péssimo meio de transporte é este para vender longas distâncias. Uma locomotiva transporta a mesma carga de 40 caminhões com maior rapidez e menor gasto de frete. Mas a Viação Férrea do Rio Grande do Sul está desaparecida. Não consegue entrar para os portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas — trigo que se move pelas interior. E, quando o que pode ser transportado, chega a essas terminais, não encontra, o trigo, os navios mercantes nem da Lloyd nem da Companhia para transportá-lo aos centros consumidores do país. Tanto a via-férrea como o serviço de cabotagem são dirigidos e administrados pelo Governo. Ora, o Governo está como está. E o Brasil forçosamente tem que estar como está o governo...

Mas isso não é tudo. Ao mesmo tempo que se divulga a situação angustiosa da triticultura gaúcha, exactamente no período da safra, desembocaram em Porto Alegre 52 mil toneladas de trigo em grão e mais 122 mil sacos de farinha de trigo em e outros importados da Argentina. Trigo importado e puro de serra, com dólar oficial a Cr\$ 12,00.

Entendo isso a governo do Sr. Café Filho — tal como os governos anteriores — vise engordando, a conciliar os brasileiros à "mística da Produção". Mística do desgoverno é o que é esta República de bárbaro.



# Os mestres da RECONQUISTA

**Francisco Elias de Tejada**  
— Consciência dos Povos Hispânicos —

Já foi comparado ao magister vagans das universidades medievais. Mestre andante ou cavaleiro andante? Uma e outras coisas. Estudando em Berlim, fazendo um estágio em Oxford, dando cursos em Upsala, empregando pesquisas em Innsbruck, lecturando em Salamanca ou em Sevilha, participando de congressos em Braga e Coimbra, frequentando bibliotecas em Bolonha e Roma, preferindo conferências em Recife e São Paulo, com a preocupação constante de historicizar o pensamento político, é por toda parte o verbo ardente de um castelhano de espírito e de um extremista de herga, a desfilar o pendor do autêntico hispanismo, sem recôcho de enfrentar as versões oficiais da causa hispânica em seu país.

Não são apenas os povos da península Ibérica que ele sabe compreender e sentir tão profundamente — e ai está, para demonstrá-lo, o seu volume "Los Españas". As Espanhas, para Tejada, extensam-se além do continente, dilatam-se pela América, chegam até as Filipinas. E como sente a grandeza imperial de outrora ao passar pela Sardenha ou ao rever Nápoles, ou percorrer terras de Flandres ou ao pisar o solo do continente americano!

Sua cultura não é apenas a erudição de um novo Ménandre Palayo, é também a mágica da interpretação. Ao primeiro contacto com um pensador político de outras eras, penetra-lhe tão profundamente as idéias, compreende-o tão integralmente no meio em que viveu, nas aspirações, nos sentimentos, nas culminâncias e nas falhas, que não se sabe explicar o que faz este irrequequido investigador para dominar de tal maneira o objeto dos seus estudos, não obstante a variedade dos temas e, por vezes, a estreiteza das fontes. Busca e rebusca, descebe e que ninguém parecia ter ainda conseguido encontrar, eis que nos dá assim uma série imensa de monografias de mais alto valor sobre os doutrinários políticos de Portugal na Idade Média, da Catalunha, da Rumania, da Sicília, da Inglaterra, da Itália, da Finlândia. Poliglota, consulta textos antigos no original, decifra documentos e exige bibliografias.

Mas se o seu tema é a história do pensamento político, a sua paixão é o problema dos povos hispânicos. Quando se juntam esta problemática e aquela temsa, dão-nos Tejada os seus livros mais vividos, mais empolgantes, mais cheios de paixão espanhola. Foi assim com o cubano Hontos. Foi assim com o nosso Faria Brito.

E que maior prêmio poderia desejar para o trabalho que contagiou as filhós de berlins, após sua viagem ao Brasil, de que a carta recebida da filha de Faria Brito saudando nessa obra o livro que há tanto tempo esperava sobre seu País?

Semelhante testemunho, para comprovar o acerto de suas interpretações, dava-nos há pouco, em São Paulo, o presidente do Instituto de Direito Comparado de Paris, o catalão Felipe Solà Canizares.

Ouvir Tejada discorrer sobre os mestres do pensamento político na Catalunha, a confessava jamais ter suposto que alguém conhecesse tanto e tão bem as caixas do antigo condado de Barcelona como o atual professor de Filosofia do Direito na Universidade de Sevilha.

Largo seria citar títulos de obras do autor de "As doutrinas políticas de Ramundo de Faria Brito". Mais nos permitem lembrar uma das mais recentes: "La Monarquia Tradicional".

Os que ouviram Elias de Tejada em São Paulo, no Rio ou em Recife — nessa cidade vinda cheia de entusiasmo da visita à igreja de Nossa Senhora da Bahia — bem se lembram da opinião que, por mais de uma vez, frisou entre o "hispano" e o "européo". A Europa, depois de pseudo-reforma protestante, dividia-se espiritualmente sob o signo de Lutero e Calvino, politicamente sob o signo de Westfália. Fé e Império cediam, como ideais de vida, aos oportunismos políticos maquiavélicos e às competições econômicas do capitalismo. Shylock passou a substituir D. Quixote. Só as Espanhas resistiram, e, graças à tradição, preservaram a unidade católica, o espírito medieval, os ideais cavaleiros. Quando começaram a afastamento dos povos peninsulares, após a invasão napoleônica, teve logo início a gosta de sardinha. Cem anos de luta. Tradição contra Revolução, a monarquia católica social e representativa contra o liberalismo europeu dos monarquistas constitucionais ou dos republicanos. Ninguém melhor do que Tejada para definir o sentido autêntico da monarquia tradicional. Familiarizado com os mestres do tradicionalismo espanhol — um Donoso, um Balmer, um Aparisi, um Enriques Gil Robles — ajudou também a escrever a nova gosta dos Filhos de Gid Campeador, deixando os estudos em Berlim para empunhar armas em sua pátria contra o comunismo internacional.

É de bom expressivo a dedicatória do seu volume "La Monarquia Tradicional", na "Biblioteca del Pensamiento Actual" (Editora Rialp): "Para los que murieron sin codor".

Este é a grande bandeira da sua vida: a intrinsecidade no defender a tradição dos povos hispânicos contra o espírito da Revolução.

Pode-se-lhe aplicar o que escreve nesse ensaio: "Don Quijote sigue creyendo caballero al redor por las zonas; y los versos de las Espanhas, castellanos hasta el quijotismo...". Sua tenacidade agarrou a os principios de sua filosofia, empolgados em não ser europeus. Entre a dignidade e o poderio, optam por la dignidad; entre la fe e o comércio abrazan la cristiã...

## «LA MONARQUIA SOCIAL Y REPRESENTATIVA»

Rafael Gambra

(Editora Rialp — Madrid — 1954)

é a obra em que estão encerradas as maiores obras, e concisa em prioridades pelos quais se tem batido RECONQUISTA, ao examinar as causas da crise política-social de nossa época e propor as soluções adequadas a esses males.

— Cr\$ 40,00 —

Pedidos:

Nossa capital — por carta ou pelo telefone 22-1223.

Internos e outros Estados — por carta dirigida à nossa redação, acompanhada da importância correspondente ou cheque no valor postal em nome do diretor deste jornal, pagável contra capital.

# Renúncia à Fé na Democracia

João de Scantimburgo

DE um dos maiores publicistas dos Estados Unidos, Walter Lippmann, acaba de publicar "The Atlantic," número de Fevereiro, outram aqui chegadão, um ensaio, extraído de livro a ser lançado dia 20 a alguns dias, um ensaio que mereceria ser traduzido e divulgado amplamente neste país, onde a meia ciência, a ignorância, a preguiça em estudar, têm prejudicado enormemente a reforma das instituições políticas. Com toda a imodéstia, dissemos que Walter Lippmann concorda com o que vimos divulgando, segundo o pensamento de alguns teóricos da ciência política, contra os males irremediáveis da liberal-democracia surgida de imensa injustiça social que foi a Revolução Francesa. "Aribus," diz o grande publicista, "o desastre da democracia do século XX desgraçamento destas (governo e representação) funções fundamentais". Para Lippmann as assembleias, o eleitorado, a demagogia, a falsa representação, o enriquecimento dos executivos e a sua dependência das massas eleitorais, são todos os fatores que corroem e conturbam a democracia ocidental, que não é hoje, sendo, um regime "revolucionário", que, com um século e meio de existência — tanto foi a burguesia impotente para se organizar politicamente, como o "Ancien Régime" — está precisando de urgente subversão.

São os Estados Unidos considerados como um dos mais resistentes barreiras da democracia. Embora o senador Estes Kaufman, num depõimento impressionante sobre as estruturas políticas desse país, tenha dito (cf. Crime in America, passim), que a democracia norte-americana é corrompida, só nos Estados Unidos, ainda, uma forteza de democracia liberal. Preocupava, em regra, ali, os estudos dos problemas políticos com o governo, tendo a democracia como coisa assentada e adquirida. Não se preocupam, nesse mons., com as formas de governo e com o melhor regime, no sentido, por exemplo, em que Santo Tomás estudou a leis, no "De Regimine Principum". Mas, alguns espíritos mais abertos, nos Estados Unidos, entre os quais Georges Kinnain, conseguem a convencer a que a liberal-democracia falhou, pois não conseguiu sacar o mundo de crise, nem solucionar os imensos problemas suscitados nos artifícios das assembleias populares, mal recrutadas, na sub-

missão de inteligência ao dinheiro, e nos conselhos que se fazem — dele participando todos os partidos — para assegurar posições.

O ensaio de Walter Lippmann, "The decline of western democracy", excerto de seu próximo livro, "The Public Philosophy", é uma análise segura, ao mesmo tempo melanótica, da queda da democracia ocidental, a liberal-democracia surgida de imensa injustiça social que foi a Revolução Francesa. "Aribus," diz o grande publicista, "o desastre da democracia do século XX desgraçamento destas (governo e representação) funções fundamentais". Para Lippmann as assembleias, o eleitorado, a demagogia, a falsa representação, o enriquecimento dos executivos e a sua dependência das massas eleitorais, são todos os fatores que corroem e conturbam a democracia ocidental, que não é hoje, sendo, um regime "revolucionário", que, com um século e meio de existência — tanto foi a burguesia impotente para se organizar politicamente, como o "Ancien Régime" — está precisando de urgente subversão.

Conclui Lippmann por fazer o elogio das monarquias, que estiveram e ainda estão em condições de fazer face à adversidade da conjuntura post-bélica mais do que as repúblicas. É uma superior manifestação de bom senso de um homem de talento, habituado a observar e a estudar. O ensaio é admirável, salvo ter sido escrito por um publicista norte-americano, pois a doutrina por ele exposta é válida e arquivaável, para todos quantos se preocupam com os problemas políticos, não na sua superficialidade, como se dão no Brasil, mas em profundidade, como se faz em França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, na Espanha e em Portugal.

"Diário de São Paulo" — 13-3-55

## A Mentira Radical

(Cont. da pág. 7)

tística, as desigualdades sociais. A diferença de classes e a hierarquização social decorrem da própria natureza humana concreta, pois não há um homem igual a outro na inteligência, nas virtudes morais, na força física, na aptidão para o comando, etc. Trata-se aqui de um dos muitos paradoxos da democracia. Comparego por uma afirmação hipervalorizada, acabou por ser anti-individualista, conduzindo as sociedades ao coletivismo, como estamos vendo hoje por toda parte. Mais adiante Berdlaeff porá em destaque outros paradoxos democráticos.

(5) — Quer dizer que o próprio respeito à dignidade da pessoa humana, aprofunda a democracia, de fato não existe. Veritas libera vez é a verdade que torna cada um realmente livre e permite a afirmação autêntica da personalidade. Mas a democracia recusa-se a uma definição da verdade. Entra o critério de verdade ao juizo individual de cada um, negando ao entendimento a possibilidade de uma verdade objetiva. É o pleno subjetivismo. Por isso mesmo não há filosofia mais ajustada ao pensamento democrático que a de Kant. Há várias "verdades", conforme os juizes variáveis dos homens, e o que importa é que cada um possa pensar como quiser, agir como quiser, em pleno gozar de uma liberdade sem regras. A liberdade deixa de ser ordenada aos fins superiores da pessoa humana (v. lá o termo), passa a valer como um fim em si. E a liberdade abandonada, que leva freqüentemente uns homens a explorarem os outros (excessos de livre concorrência, etc.). Não há respeito à verdadeira dignidade da pessoa humana porque se perdeu o sentido ontológico do homem e se isolou, no esquema da liberdade, a idéia cristã de criatura humana feita por Deus e para Deus.

(6) — Daí a distinção feita pelo Santo Padre Pio XII entre "povo", conjunto orgânico dotado de unidade, e "massa", ou sociedade pulverizada e atomística.

(7) — Não admira, pois, que a democracia acabe por se destruir a si mesma. É a história de todos os dias. É a história europeia de entre as duas guerras. É a história das repúblicas hispânicas desde a independência, fluctuando entre caudilhismo e demagogia. É a história do Brasil desde que, após 1930, se procurou dar autenticidade à democracia. É a própria história da Inglaterra socializada pelo trabalhismo, ou dos Estados Unidos com a centralização

## da Democracia"

que post-rooseveliana e a Ato do Executivo para subjugar o Judiciário.

(8) — Dentro de suas concepções, monarquias e socialistas sabem ser lógicas. Os socialistas tiram as últimas consequências das premissas postas pela democracia liberal, e vão até o fim, sem medo. Os monarquistas quando não são "constitucionais", aceitando a democracia — resolvem as contradições da democracia ou suprimindo todo o regime popular (monarquia absoluta), ou realizando a verdadeira vontade do povo no sentido que Berdlaeff explica a seguir (monarquia tradicional, limitada, representativa).

(9) — Há massa e não povo.

(10) — Referente ao autor se século XVII na História do seu povo.

(11) — Berdlaeff ressalta si o valor da Tradição. A democracia moderna é essencialmente revolucionária, destruidora dos valores tradicionais. Um regime político autênticamente popular é o que definiu de tradição, de formação histórica de um povo. Neste sentido, expõe-se mais autenticidade na democracia americana, britânica e suíça do que nas demais democracias, não obstante as restrições que se devem fazer (cf. nota 7). Por sua vez S. Pio X dizia que os verdadeiros amigos do povo são os tradicionais e não os revolucionários. Esses levam sempre as aventuras ditatoriais ou demagógicas.

(12) — Mais uma contradição, mais outra: mentre da democracia parte do princípio incondicional da vontade do povo mas é incapaz de expressá-la autenticamente. Certos autores, especialmente dentre os franceses, frizam a importância da vontade popular na formação das nacionalidades. Chegam a dizer que a nação é resultado de um "voluntarismo coletivo", é um "plibecionamento de todos os dias". Mas por que há essa desafeição da viver em comum? Exatamente para se continuar a viver de uma certa forma, mantendo determinado padrão de vida, conservando costumes, crenças, hábitos sociais, evitando passando de geração em geração. Esta legado histórico é a tradição. Assim aquela "vontade do povo" (Berdlaeff) ou aquela "voluntarismo coletivo" (Hauriou) decorrem de Tradição. Só os regimes que se assumem na tradição — isto é, na formação histórica de um povo — podem realmente tornar-se regimes populares. A democracia moderna, revolucionária, abstrata, impõe as mesmas formas e regimes para todos os povos, jamais pode brechar das estruturas do povo. Berdlaeff di-nos nestas páginas uma lição de tradicionalismo político.

# Reforma dos Homens ou Reforma das Instituições?

(Cont. da pag. 3)

Diferentemente ocorre quando se trata das instituições sociais. Ali, em razão de um excesso superficial do problema da personalidade dominante, dificilmente a "moralista" chega a admitir que a solução para as questões vigentes deve implicar uma reforma constitucional e não se propõe fundar a "reforma dos homens". Quando mais, elle considera, na conveniência de uma reforma que permita experiências ainda não feitas. A necessidade real é igualável de restaurar aquilo que já foi da sua prova histórica — isto é, nossa admiração. "O passado é o passado... Deveremos olhar para o futuro..." — Como se o homem que deverá viver no futuro fosse entre completamente diferente de que viveu no passado... Mas é que o respeito, em sua pretensa autonomia, é supra-histórico e supra-geográfico. Ele se basta e só mesmo: é suficiente moralista.

Compre examinar, então, como essa "moralização em qualquer ambiente" resulta infeliz, se não acompanhada por certas condições institucionais, e como determinadas instituições de fato corrompem os homens e propiciam a triunfo do mal.

## A IMPOTÊNCIA DA BOA VONTADE

Só vimos que as instituições podem ser causa de que se mantenha a ordem social e nem podem facilitar grandemente o crescimento das virtudes. Pois é evidente que qualquer pessoa compreenderá mais facilmente, por intuição, o significado superior da família e outras entidades a agir de acordo com tal concepção tendo, ante si, a individualidade e a socialidade do materialismo, de que se vivenciam a diversidade. O mesmo com relação à responsabilidade e ao dever de obediência a uma autoridade constitutiva da dependência de sua vontade individual e errada de certa forma, que a uma outra autoridade para delação (que mesmo aparece) de todos e que, para elas obediência, se apresenta com a mais plena das aparições. E assim por diante...

Vejamos agora as hipóteses contrárias.

Ela analisa um exemplo, que não é fornecido pelo Padre Antônio S. J.:

"Suponha-se um país que examine o problema e reconheça que o montante de seu salário não é justo, ainda que seja o correto; como se aplicar a elevação até que constitua pagamento digno de trabalhador e justo em seu valor?" Respondeu-lhe que isso não é impossível, que ante a concerniente dos domais parâmetros, que, levres de toda moral, os contrários com o salário correto, sua empresa será premiada a ruim; e necessariamente o moralista não terá sido torto entre remedios errados dar, mas, no entanto, uma conscientização como esta: 'Que é errado não é diretamente responsável por esse ordenamento que é força a agir dessa maneira no regime de salários, não tem maior obrigação, atualmente, que dar o salário correto; mas tem o dever a obrigação de trabalhar com todas as suas forças para que desapareça esse regime injusto, a fim de que, social e individualmente, possa chegar os salários ao nível que em justiça lhe corresponde'." E continua o autor: "Tudo o resto é resultado do princípio empolgativo e com a mesma moralização profissional da obediência a um moral que pode contradizer-se — que é devido a que, para muitos salários que fazem parte desse individualismo, todo sempre seja feito dentro das regras individuais, tanto quanto seja a obrigação de trabalhar com todas as suas forças para que desapareça esse regime injusto, a fim de que, social e individualmente, possa chegar os salários ao nível que em justiça lhe corresponde'." E continua o autor: "Tudo o resto é resultado do princípio empolgativo e com a mesma moralização profissional da obediência a um moral que pode contradizer-se — que é devido a que, para muitos salários que fazem parte desse individualismo, todo sempre seja feito dentro das regras individuais, tanto quanto seja a obrigação de trabalhar com todas as suas forças para que desapareça esse regime injusto, a fim de que, social e individualmente, possa chegar os salários ao nível que em justiça lhe corresponde'." E continua o autor: "Tudo o resto é resultado do princípio empolgativo e com a mesma moralização profissional da obediência a um moral que pode contradizer-se — que é devido a que, para muitos salários que fazem parte desse individualismo, todo sempre seja feito dentro das regras individuais, tanto quanto seja a obrigação de trabalhar com todas as suas forças para que desapareça esse regime injusto, a fim de que, social e individualmente, possa chegar os salários ao nível que em justiça lhe corresponde'." E continua o autor: "Tudo o resto é resultado do princípio empolgativo e com a mesma moralização profissional da obediência a um moral que pode contradizer-se — que é devido a que, para muitos salários que fazem parte desse individualismo, todo sempre seja feito dentro das regras individuais, tanto quanto seja a obrigação de trabalhar com todas as suas forças para que desapareça esse regime injusto, a fim de que, social e individualmente, possa chegar os salários ao nível que em justiça lhe corresponde'."

## INSTITUIÇÕES QUE SALVAM OS HOMENS

Esse era, aliás, o princípio vigorante nas sociedades cristãs. Aqui, a religião não se limitava a ser — em seu repertório social — um mero código ético, um critério de uma moral itiga qualquer. Ela acreditava o homem em sua vida concreta e ilustrava sob a forma de instituições que não se referiamem a si e sim a outras daquelas normas, como promovendo a sua eficácia prática. Pois não foi só a inspiração e o patrocínio da Igreja que mantiveram a desobediente à corporações e a instituições mundanas? A Igreja disciplinava, tanto pela observância da lei de preceitos, quanto pela tradição da fé, a moralidade, a honestidade e bondade, assistia aos seus membros nas adversidades, promovendo, assim, a base de solidariedade, adaptando a natureza das famílias a seu auxílio e orientando-as para a caridade, a misericórdia, a piedade, a humildade, a fraternidade, a caridade — bondade, assim, espontaneamente, como um prolongamento lógico da própria disposição das crenças. As mesmas leis, e individualmente se constituem — como boas — desordens de concreto e livre para introduzir na realidade todos os seus fantomas, como gêneros de desordens e desequilíbrios —; a tradição do grupo concretizava essas crenças, regulamentava, monitorava etc.; presava sobre elas como um fator de equilíbrio e de orientação. Em uma palavra, o homem se integrava como filhos supérfluos que, sem influir nos outros, eram, dia em dia resultante seu social, mas de forma orgânica; juntando-se a outros homens para constituir o grupo, este passava a gozar de certa transcendência, de modo a impor aos seus membros deveres ou sacrifícios que a cada um daria, de per si, não argumentava, embora "previsto". Assim, sacrificava-se para manter o bom nome de seu corporação, para desempenhar, etc., que nasciam para a forma individualizada de obediência, em que os individuos se uniam a grupos ou partidos que, por certo, serviam a serviço de seu interesse. Isto trouxe algumas benefícias imediatas! Bem, as leis de ordens estabeleceram a liberdade do grupo como obra de transcendência. Quem, aliás, professa, é capaz de, respeitar a sua pátria, Igreja etc., o homem se prova ser, de fato, adepto de voluntarismo e, aliás, ainda mais, quando adere a uma forma de existência ignota, que é a existência secreta e oculta levada de suas últimas conseqüências? Incapaz de satisfazer por si a todos os seus desejos e limitados desejos, o indivíduo transfere sua função ao Estado!

## INSTITUIÇÕES QUE CORROMPEM OS HOMENS

E, como chegam a esse deserto estatal de caídas absurdas?

Entendemos o exemplo daquele patriarca que as instituições impedem a prática do bem. Mas só — em sua forma — o critério do homem não faz afastar — quer por sua formação religiosa ou por qualquer outro fator, permanecendo vivo o seu sentimento de obediência — que isso seja possível, de modo que, mesmo que ele seja máscara, torna-se, tendo permanecido a natureza humana tal qual é. De onde que esse critério permaneça intacto, de modo que, mesmo que ele seja máscara, permaneça intacto para o homem a praticando o mal? — Se se pudesse responder afirmativamente se o presidente da tradição fazia para o mal que há em cada relatório sua documentação, de porreiro original ou não — predominando um "angústia" suicida — se, possivelmente, poderia ser um comportamento generalizado; nesse, porém, poderia ser um comportamento generalizado.

O que se pode suspeitar, portanto, é que esse patriarca preferida arcar com a natureza humana tal qual é. De onde que esse critério permaneça intacto, de modo que, mesmo que ele seja máscara, permaneça intacto para o homem a praticando o mal? — Se se pudesse responder afirmativamente se o presidente da tradição fazia para o mal que há em cada relatório sua documentação, de porreiro original ou não — predominando um "angústia" suicida — se, possivelmente, poderia ser um comportamento generalizado. Negar-lhe seria fugir à realidade.

O que se pode suspeitar, portanto, é que esse patriarca preferida arcar com a natureza humana tal qual é. De onde que esse critério permaneça intacto, de modo que, mesmo que ele seja máscara, permaneça intacto para o homem a praticando o mal? — Se se pudesse responder afirmativamente se o presidente da tradição fazia para o mal que há em cada relatório sua documentação, de porreiro original ou não — predominando um comportamento generalizado; nesse, porém, poderia ser um comportamento generalizado.

O que se pode suspeitar, portanto, é que esse patriarca preferida arcar com a natureza humana tal qual é. De onde que esse critério permaneça intacto, de modo que, mesmo que ele seja máscara, permaneça intacto para o homem a praticando o mal? — Se se pudesse responder afirmativamente se o presidente da tradição fazia para o mal que há em cada relatório sua documentação, de porreiro original ou não — predominando um comportamento generalizado; nesse, porém, poderia ser um comportamento generalizado.

## INSTITUIÇÕES TRADICIONAIS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES TRADICIONAIS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

É evidente que uma tal visão do problema é inconveniente, mas também "angustiosa" dissidente, que confere ao sujeito que não pode ter uma ilimitada, capaz de se impor a todos, visão de sua identidade mundana.

Mas a tese está nua, na cheirada das falso, e temos que justificá-la.

INSTITUIÇÕES REVOLUÇÃOARIAS

## Os que pensam como nós

# «A Mentira Radical da Democracia»

Quando explodiu a revolução de 1917, na Rússia, Nikolai Aleksandrovitch BERDIAEFF recorreu um mandado de expulsão do governo tsarista, por ter sido de criticar a Síndica da Igreja ortodoxa, denunciando-a como uma organização política a serviço do poder temporal. Mais tarde, quando uma catedral de falso ouro na Universidade de Moscou, era expulsa pelo governo bolchevique, e passava a viver em Paris, depois de uma breve passagem pela Alemanha, o professor intelectual de Berdianoff, escreveu, então, a alcançar a grande essencialidade, a seguinte frase: «Na sua forma mais elevada, a democracia é a mentira radical da sociedade humana». Na época, os países europeus viviam num período de maior autoritarismo, mas com certos elementos de liberdade, que eram ser permitidos. Mas Berdianoff, ao falar da sua opinião, não ambicionava tanto, mas suas reflexões sobre o futuro moderno e a realidade social das suas ideias, estabelecia gradualmente uma poderosa interpretação da época em que vivemos. E' o que se diz, subtraído, na sua obra mais significativa, «Os novos Muros». Aqui, de qual extraiemos e seguiremos brevemente.

A democracia reveste-se de um caráter puramente formalista, ignora a sua própria essência e, nos limites do princípio que afirma, não tem consciência nem humana. A democracia não quer saber em nome de quem é expressa a vontade do povo a não quer subordinar a vontade do povo a nenhuma força superior. No momento em que a democracia definisse o fim para o qual deve tender a vontade do povo, descobrindo assim um objeto digno dessa vontade, dando-lhe uma substância positiva, — ela se veria obrigada a colocar este fim, este objeto, esta substância acima do princípio formal da expressão da vontade, admitindo-as como leis da sociedade. Mas a democracia só conhece o princípio formal de expressão da vontade do povo, ao qual se prende acima de tudo e que não quer subordinar a nenhuma. Permanecendo indiferente à direção e à essência da vontade do povo, não dispõe de nenhum critério nem para julgar a direção em que se exprime a vontade popular, nem para definir o valor dessa vontade. O poder popular tornava-se um objetivo, deixa de ser ordenado a um determinado objeto. A democracia permanece, assim, indiferente ao bem e ao mal. Ela é tolerante por ser indiferente e porque perdeu a fé na Verdade, tornando-se impotente para escolher uma verdade. A democracia é cética, provém de um sentimento de um mundo sem fim, quando os povos perderam as firmas critérios da verdade e ficaram impotentes para confessar uma verdade absoluta. A democracia é o relativismo extremo, a negação de tudo o que é absoluto.

A democracia ignora a verdade, ela por que abandona a descoberta da verdade ao sufrágio universal. Não é possível reconhecer o poder quantitativo, votar ou sufragio de maioria, a não ser com o risco de não ter fei a verdade, de ignorar a verdade. Aquela que nem é na verdade e confunde a verdade jamais a abandonará às violências de maioria quantitativa. A democracia tem sempre um cunho secular e se opõe à tida esclarecida de tipo sacerdotal, porque é formalista, desprovida de substância e crítica (1). A verdade é por natureza sagrada, e a sociedade fundada sobre a verdade não pode ser uma sociedade exclusivamente secular. Democracia secular quer dizer separação das bases ontológicas da sociedade, chão entre a sociedade humana e a Verdade. Ela tende a organizar a sociedade do ponto de vista político como se não existisse a Verdade. Tal é a hipótese essencial da democracia pura. E é nisso que reside a mentira primitiva da idéia de democracia. A sofisização humanística do homem está na base da idéia democrática (2). A vontade humana deve dirigir as sociedades humanas, e é preciso afastar tudo o que perturba a expressão dessa vontade e o seu domínio absoluto. E isso está uma negação de todos os fundamentos espirituais da sociedade, mais profundos do que a expressão formal da vontade humana, e uma subversão da tida estrutura hierárquica da sociedade. A democracia é um psicologismo oposto a todo ontologismo.

O otimismo extremo é a tese preliminar da democracia. O otimismo da sociedade democrática é otimista, e não pessimista. A democracia não se desespera pela perda de Verdade. Ela acredita que a expressão da vontade da maioria, a certa maneira das votos, deve sempre atingir bons resultados. Na base da democracia se encontra a sua otimista da bondade natural e da moralidades próprias à natureza humana. J. J. Rousseau foi o pai espiritual da democracia, e suas concepções otimistas foram comunicadas às ideologias democráticas. A democracia obnina-se em não reconhecer o mal radical da natureza humana (3). Ela parece não prever que a vontade do povo pode dirigir-se para o mal; que a maioria pode ser partidária da

erro e da mentira, e que a verdade pode ficar apenas com uma paupera minoria. Não há, no regime democrático nemhum garantia, de que a vontade do povo seja orientada para o bem, de que ela queira a liberdade e não a destruição radical da tida liberdade. Na época da Revolução francesa, a democracia revolucionária, tendo começado pela proclamação das direitas e da liberdade do homem, não deixou subsistir nemhum liberdade sob o Terror, destruiu toda liberdade até o fim. A vontade humana, a vontade popular está sujeita ao mal, e, quando esta vontade, na pura afirmação de si mesma, insinua-se a qualquer essência superior e não esclarecida, pretende determinar arbitrariamente os destinos das sociedades humanas, ela passa a perseguir a Verdade, nega o verdadeiro e suprime toda liberdade espiritual.

As democracias originaram-se do pathos da liberdade, da afirmação dos direitos absolutos de cada homem, e à afirmação da liberdade, a liberdade de escolha que se apresenta como verdade básica da democracia. Os apologetas da democracia esconham que ela tem sua origem espiritual na proclamação da liberdade de conciência pelas sociedades religiosas na época da Reforma na Inglaterra. Mas o conceito de uma liberdade negativa, abstrata e formalista, trazia um veneno que ruma as democracias históricas, preparando reles e ruína da liberdade de espírito. Rousseau negava, em princípio, a liberdade de consciência. Robespierre a destruiu de fato. Uma multidão autorizava pode violar a consciência humana, superior à tida liberdade. Tonquerville e Mill, que não podem ser qualificados de inimigos da democracia, referem-se com muita inquietação aos perigos escorridos pela democracia, perigos que ameaçam a liberdade, a individualidade do homem. A democracia é individualista no seu princípio, mas por sua dialetica fatal ela leva ao anti-individualismo, ao nivelamento das individualidades humanas (4). A democracia é empolgada pela liberdade, mas isto não provém de estima que ela vota ao espírito humano e à pessoa humana; é o amor de liberdade de seres indiferentes à verdade (5).

A democracia nasce quando se quebra a unidade orgânica de vontade popular, quando a sociedade se atomiza, quando parecem as crises populares, que unem o povo num só todo. A ideologia que afirma a supremacia e a intocabilidade da vontade popular aparece quando não há mais vontade popular. A democracia é a ideologia própria de uma época crítica e não orgânica das sociedades humanas. Com efeito, a democracia se propõe unit a vontade do povo desarticulado. Mas a personalidade humana não é um atomo abstrato, igual a qualquer outro, e o problema que consiste em amalgamar os homens é um problema metônomo. A democracia não faz mais do que adicionar mecanicamente os sufrágios do número, mas o que daí resulta não é a vontade comum, a vontade orgânica do povo. A vontade orgânica do povo não pode ser expressa pela atomização, nem em evidência por qualquer ação de votos. Esta vontade se manifesta em toda a vida histórica de um povo, pela forma da sua cultura geral, e, antes de tudo, acima de tudo, acima sua expressão na vida religiosa do povo. Não existe vontade popular que seja uma e comum força da dimensão orgânica da religião, fora de unidade das dimensões religiosas.

Quando a vontade do povo desfalece, a pôe no polvozinho com átomos, e é impossível criar qualquer solidão, qualquer comunicação com átomos átomos (6). Não resta senão a tona puramente mecânica das vontades da maioria e da minoria. Surge a luta dos partidos, a luta das classes e das antagonistas sociais, e a unidade só se pode olhar através de compromissos. A democracia é pre-

cavemente a arena desta luta, o caso do choque dos interesses. Nela tudo é fragil, nada tem segurança. Nem unidade, nem estabilidade. Um simpatizante estudo transitorio. A democracia cria o Parlamento, que é um organismo orgânico das constituições, o instrumento da dissolução dos partidos políticos. Numa sociedade democrática tudo é efêmero, tudo se orienta para alguma coisa que ultrapassa o limite da própria democracia (7). A vida ontológica que existe na realidade está para além dos limites da democracia, dentro dela no momento formal, e visto de substância, de liberdade de escolha; de sorte que, em sentido diferente, monarquistas e socialistas minam a vida das sociedades democráticas, porque exigem que a escolha seja em si especificada, a substância definida à luz do dia (8).

A democracia reconhece a soberania e a autoridade do povo, mas ignora o povo em si mesmo; não há povo nas democracias (9). Não se pode dar o nome de povo à geração humana designada de grande passado, isolada e uma fragmento de tempo, almejando contemporâneos, e ainda assim incompleta, pois na verdade se trata apenas de algumas partes destas que se consideram como álbuns dos destinos históricos. O povo é uma grande conjunto histórico, compreende todas as gerações. Igualmente a elas não apenas os vivos, mas também as do passado, de nossos pais e nossos avós. A vontade do povo russo é a vontade de um povo milenar, que recebeu o barismo das mãos de São Vladimir, que reviu a Rússia sob os grandes principes moscovitas, que soube encontrar uma saída no período crítico (10), que abriu uma janela para a Europa sob Pedro o Grande, que deu ao mundo, para serem venerados, grandes santos e heróis, que criou um vasto império e uma cultura, a grande literatura russa. A vontade do povo não é a vontade momentânea de uma geração, que rompe com as gerações anteriores (11). A presunção, a confiança em si de geração atual, seu desprezo das velhas ancestral, tal é justamente a mentira radical da democracia. É a ruptura entre o passado, o presente e o futuro, a negação de

eternidade, a adoração da torrente destruidora do tempo. Quando o destino da Rússia está para ser definido, não é a voz do povo russa devo ser ouvida, a voz de todos as suas gerações e não somente a da única geração hoje viva. Na vontade do povo, na sua vontade comum, na sua vontade orgânica, entram a legenda histórica e as tradições, a memória histórica das gerações já passadas para a eternidade (12). Tudo isto, a democracia de maneira nenhuma quer levar em conta, e por conseguinte ela ignora a vontade do povo, por não conhecer senão a totalização mecanica das vontades do um povo isolado insignificante de contemporaneidade.

### NOTAS DA REDAÇÃO

(1) — Assim se explica que Jacques Maritain, na atual fase do seu pensamento político, deixando empregar pela idéia democrática, teria sido levado a criticar veementemente a civilização sagrada de Idade Média e, ao mesmo tempo, justificar como um ideal político o tipo dos Estados modernos secularizados.

(2) — De onde o princípio da "dignidade da pessoa humana" apresentado sobretudo pelos democratas-crônicos para ser um denominador comum das alegações da democracia, talvez fosse seus pressupostos filosóficos e religiosos. Como nemmo mostrado, em numerosas anteriores, esse princípio torna-se válido por si mesmo, verdadeira "autoafirmação humanística" que permite pôr de lado a idéia de Deus, reunindo inclusive materialistas em torno da cidadela fraternal, baseada num naturalismo filantropico que, praticamente, faz do homem um finíssimo à maneira Kantiana.

(3) — Quer dizer: nega o pecado original e sua consequência, a corrupção de natureza humana.

(4) — A exaltação do indivíduo e o princípio igualitarismo levam necessariamente ao nívelamento, o que vem a ser a morte dos indivíduos, pois desaparecem as possibilidades para a afirmação de cada um com suas particularidades particulares, sua capacidade, engenho, inteligência, tudo isto notas individuais que provocam, quando não encontram obediência, o presente e o futuro, a negação de

(Cont. na pg. 5)

## ROOSEVELT — Grão-Mestre do Crime

(Cont. da pg. 4)

"Muitos meses antes do fim da guerra, revelavam os russos a espírito com que marchavam rumo ao Ocidente, mas nem isso bastou para convencer o Sr. Roosevelt da necessidade de barrar-lhes o caminho. Está previsto, historicamente provado, no entanto, que a divisão de Alemanha e da Áustria, a formação do perigoso sistema de "satélites", a tragédia de Thessalônicaquia, a guerra civil na Grécia, o caso de Trieste e tudo o mais são consequências diretas dos erros [sic] gigantescos de Franklin Delano Roosevelt, padronizadas arrestando que também a triste história tem suas raízes nessas erros..." ("Memórias", Cap. IX).

Erra... diz o Sr. Churchill. Mas não fala erra, não! Foi intenção plena e deliberada de assim agir para a consecução de determinados objetivos comuns. Tanto que o próprio Roosevelt chama a Stalin de "um idealista democrático". Idealista — apesar de manter de milhões de cristãos humanos idealista — apesar da opinião de vários maiores! Idealista... e idealista democrática, a que conforma mais uma vez que a democracia é a regime de ordem organizada (12) e revela o Sr. Estes Kefever em sua mais apertada. E o Sr. Kefever é democrata. Certamente pensou Roosevelt esperava que em Yalta o "grande idealista" Stalin, tal como em Tebas, levantasse OS NOVOS um bando pela execução de 30.000 oficiais da exército alemão.

\* \* \*

Nada mais havia que aumentar a tensão monetária, tal é a repugnância dessa farsa miserável ardida nas bandoleiras da história pelo macacismo (Roosevelt era grão-mestre da Macanaria). Haveria que falar da senacimidade com que — apesar de um débil protesto do Sr. Churchill — Stalin e Roosevelt se põem de acordo no sentido de que as grandes potências — Estados Unidos, Rússia e Inglaterra (incluída a França, extensivamente, por sua própria) — "devemem a direito exclusivo de dizer a paz". Haveria que falar das confidências de Roosevelt a Stalin, em Yalta, na ocasião ocasional de Churchill quando o presidente americano ergueu as diademas soviéticas "à personalidade da Inglaterra soberana Meng-Kang", no mesmo caso ascendente ao envio do "Uncle Joe" (Stalin) que o presidente americano inglês é "um modelo imperialista..."

Tudo isso, portanto, não só deve fazer com que Churchill fesse a ironia, a vítima da

não descurada reposição. Quando ele e Roosevelt pedem a Stalin que garanta a liberdade das eleições na Polônia, desenvolvendo-se um diálogo plausivelmente expressivo das pressões democráticas. — Afinal, era preciso garantir a liberdade da Polônia, pois a Inglaterra entrou na guerra para vingar a ignomínia sofrida que se abatera sobre a nação nação. — Esquenta momentaneamente a crise de 1929 entre Ribbentrop e Molotov a dividem a África. Afinal não servia a momento, em Yalta, para falar necessidades de aliança maciça. E prepararam, Churchill e Roosevelt, eleições livres. Roosevelt adverte a "Uncle Joe":

— As eleições devem ser como a malha de Cesar. Eu não a tenho mas dizem que fui pura.

Redepõe Stalin:

— Isso é o que dizem, porém, a verdade de que teve os seus pacadinhos." Intervém Churchill:

— "Não me importa muito os poloneses [sic"], porém, no Parlamento [sic] deve dizer que as eleições serão livres."

Eis ai como se discutiram os destinos da Europa depois de massas de milhões de pessoas.

Já estas tentativas esculpem Roosevelt. Disse que estava disposto... que suas atas se firmam o reflexo de seu estado geral... Prazer-se-ão ameaçantes, afinal, para recordar-se ao nicho o "arcojo da democracia", levando-lhe um aguado fuzil e mísseis tintos de sangue... Não nos parece que estevesse diante um homem que se põe a pôr em risco da ausentes séries. Que, por exemplo, se ouvir de Churchill que este havia feito "vigorosa declaração a Wendell Willkie" (extremamente falecido), certeza a sociedade da crise, para gravar:

— "E foi isso que o matou?"

Ademais, em telegrama enviado de Chicago, a 23-III-55, a France Presse divulga o discurso do vice-presidente Ross Mc Leister, médico particular de Roosevelt, no qual dizia que o ex-presidente "estava de posse de suas mais fulgurantes memórias quando da conferência de Yalta".

Aos titulos que já passou — "princípio da New Deal", demagogia da "presença das quatro mudas da humanidade", "máster de Tancos e Yalta, charlatão de Paul Herbig", e em todos escritos alegria e mimosidade" — Roosevelt juntou mais um, confundido por práticas exageradas: a gíria-massa de titulos.

